

**Ata da sessão extraordinária realizada
Dia 13 de novembro de 2020**

Aos **treze dias** do mês de **novembro**, do ano dois mil e vinte, pelas **21 horas e quinze minutos**, reuniu-se a Assembleia Municipal de Almodôvar, em **sessão extraordinária**, na sala das sessões, no edifício-sede dos Paços do Município. -----

O Senhor Presidente da Assembleia, **Francisco Manuel Valadas Abreu**, dada a ausência do primeiro secretário, Vítor Manuel Vilhena Saleiro e, nos termos do n.º 3 do artigo 7.º, do Regimento da Assembleia Municipal, solicitou à segunda secretária **Filipa Isabel Ribeiro de Sousa** (PS), que substituísse o 1.º secretário e solicitou ao deputado **Alexandre Guerreiro Figueiredo** (PS), que tomasse lugar na Mesa para ocupar o lugar de 2.º secretário, dando cumprimento ao preceituado na alínea a) do n.º 1 do artigo 28.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua atual redação. -----

Encontravam-se presentes na sessão os deputados: -----

Eleitos pelo PS: Luís Carlos Piedade Martins, Cláudio José Balbina Viseu, Maria Fernanda Belchior Caetano Guerreiro, Maria Cristina Martins Brás Germano, Marília da Conceição Guerreiro, Manuel Barradas Dias, Mário José Soares da Silva, o Presidente da União de Freguesias de Almodôvar e Graça de Padrões, Domingos Manuel Romba Guerreiro, o Presidente da União de Freguesias de Santa Clara-a-Nova e Gomes Aires, Dário Martins Guerreiro, o Presidente da Junta de Freguesia da Aldeia dos Fernandes, José Germano Silvestre, o Presidente da Junta de Freguesia de Santa Cruz, Eduardo José Dias Gonçalves, o Presidente da Junta de Freguesia do Rosário, Francisco Manuel Gonçalves da Luz e o Presidente de Junta de Freguesia de S. Barnabé, António Manuel Silva Amaro. -----

Eleitos pelo PSD: Jorge Francisco Marques, José Romba Guerreiro, Ana Isabel Teixeira Guerreiro e Fábio Miguel Batista. -----

Faltaram à sessão os deputados Andreia Calvário Graça Guerreiro (PSD), Vítor Manuel Vilhena Saleiro (PS), António Manuel Horta Fontinha (PS). -----

A Mesa justificou a respetiva falta. -----

FALTOU também a deputada Ana Maria Rodrigues Teixeira Ramos Barão (PS), que **não justificou** a sua ausência, não tendo, por isso, sido possível a sua substituição. -----

A Mesa aguarda a respetiva justificação. -----

Nos termos dos n.ºs 1 e 3 do artigo 48.º da Lei n.º 169/99, de 18 de setembro, na sua atual redação, estiveram presentes nesta sessão para além do Senhor **Presidente da Câmara** António Manuel Ascensão Mestre Bota (PS), a Senhora **Vice-Presidente**, Lucinda Maria Marques Jorge (PS) e os **Senhores Vereadores**, João de Deus Lopes Pereira (PS), Ana Manuel Jesus Guerreiro Carmo (PS) e António José Messias do Rosário Sebastião (PSD). -----

A – PERÍODO PARA INTERVENÇÃO E ESCLARECIMENTO AO PÚBLICO, nos termos e para os efeitos do disposto no n.º 1 do art.º 49.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua atual redação, conjugado com o artigo 39.º do Regimento; -----

- A.1** - Intervenção dos Municípes; * -----
- A.2** - Esclarecimentos. -----

B – PERÍODO DA ORDEM DO DIA-----

B.1 - Apreciação e deliberação sobre a 2.ª Alteração ao Mapa de Pessoal de 2020; -----

B.2 - Apreciação e deliberação sobre a proposta do Senhor Presidente, com vista ao Reconhecimento de Interesse Público Municipal à IPSS - Santa Casa da Misericórdia de Almodôvar;-----

B.3 -Apreciação e deliberação sobre a desafetação de uma área de 52,30 m² localizada a norte do Lote 20, sito no Loteamento da Cova da Burra, do domínio público municipal para domínio privado municipal;-----

B.4 - Aprovação da ata em minuta. -----

*** Informação - covid-19 -----**

Por razões de segurança e saúde pública, nesta sessão não será admitida a presença do público, salvo disposição que obrigue em sentido contrário.-----

Os munícipes poderão enviar antecipadamente as suas questões para o email assembleia.municipal@cm-almodovar.pt, ou por carta, dirigidas ao Presidente da Assembleia Municipal de Almodôvar, até às 14:30 horas do dia 12 de novembro de 2020, para que as respostas sejam dadas na referida Sessão e enviadas por escrito aos respetivos subscritores.-----

AUSÊNCIAS, SUSPENSÕES, RENÚNCIAS DE MANDATOS E RESPETIVO PREENCHIMENTO DE VAGAS:-----

AUSÊNCIA DE MANDATO E PREENCHIMENTO DA RESPETIVA VAGA:-----

O **Presidente da Assembleia** fez saber que se registaram **três pedidos** de ausência para esta sessão.-----

Prossequindo, informou que na sequência dos pedidos de ausência formulados pelos deputados António Manuel Horta Fontinha (PS), Vítor Manuel Vilhena Saleiro (PS) e Andreia Calvário Graça Guerreiro (PSD), quem os aceitou substituir, durante esta sessão, foram os deputados suplentes posicionados nas listas do Partido Socialista e do Partido Social Democrata, Manuel Barradas Dias (PS), Mário José Soares da Silva (PS) e Fábio Miguel Batista (PSD), respetivamente.-----

Mais informou que a substituição do deputado António Manuel Horta Fontinha (PS), se fez ao abrigo do n.º 1 do artigo 18.º do Regimento e as restantes substituições se fizeram ao abrigo do n.º 3 do artigo 18.º do Regimento.-----

A Assembleia tomou conhecimento e em nada objetou.-----

Faltou ainda a deputada Ana Maria Rodrigues Teixeira Ramos Barão (PS), que não justificou a sua ausência, não tendo, por isso, sido possível a sua substituição.-----

A Mesa aguarda a respetiva justificação.-----

A - PERÍODO PARA INTERVENÇÃO E ESCLARECIMENTO AO PÚBLICO:-----

Em cumprimento do determinado no n.º 1, do art.º 49.º, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atual, conjugado com o artigo 39.º, do Regimento, a Assembleia fixou um período para intervenção do público, **que foi utilizado**.-----

O **Presidente da Assembleia**, esclareceu, relativamente a este ponto, que em comum acordo entre a Mesa da Assembleia Municipal, os representantes dos Grupos Municipais do Partido Socialista e do Partido Social Democrata, em conformidade com o n.º 2, do art.º 3º da Lei n.º 1-A/2020, de 19 de março e ainda com as recomendações emanadas da Direção Geral de Saúde, **a presente sessão, não admite a presença de público, por razões de segurança e de saúde pública.**-----

Nesses termos foram informados os munícipes, através de edital, das Redes Sociais e página oficial do Município que poderiam enviar antecipadamente as suas questões para o email: assembleia.municipal@cm-almodovar.pt, ou por carta, dirigidas ao Presidente da

Assembleia Municipal, até às 14h30 do dia 12 de novembro de 2020, para que as respostas fossem dadas na referida sessão e enviadas por escrito aos respetivos subscritores. -----

Continuando, e face ao acima exposto, o **Presidente da Assembleia** informou o plenário que foi rececionada, pelo Núcleo de Apoio da Assembleia Municipal, uma carta através do qual **o Município José Eduardo Pereira Brites**, coloca as suas questões a esta Assembleia e que passará a ler: -----

*“Questão 1: - Prédio degradado sito no Beco da Maljudada n.º 5 em Almodôvar -----
Dado o estado em que o mesmo se encontra, e ser já do conhecimento da Câmara Municipal, por o mesmo fazer parte da lista dos prédios degradados existentes na vila de Almodôvar. -----*

Pergunta agora o município, se por parte do Município, já foram feitas algumas diligências sobre o mesmo, e caso afirmativo quais? -----

*Questão 2: - Buracos na Rua das Eiras até à rotunda em Almodôvar -----
Esta situação já foi colocada na Sessão de 28 de Fevereiro de 2020, da existência de vários buracos, de algumas dimensões nesta rua, que ainda continuam sem ser tapados.*

Naquela sessão, foi respondido o que passo a transcrever “Se realmente deteta esses buracos, de facto mais uma semana menos uma semana tapamos”. -----

Pergunta agora o Município, dado já haver oito meses, e não terem sido tapados, se está para breve a sua tapagem? -----

Questão 3:- Respostas não dadas, às minhas questões feitas por escrito, nos termos do regimento e do edital, estas dirigidas a V. Exa Sr. Presidente da Assembleia Municipal de Almodôvar, entregues por mim no dia 24 de Setembro para serem levados à sessão realizada dia 29 Setembro de 2020, dado não poder assistir por razões de segurança e saúde pública, e naquela sessão não ser admitida a presença do público.

Assim venho por este meio solicitar a V. Exª se as mesmas foram presentes e respondidas por quem de direito na sessão de 29 de Setembro 2020. -----

Caso afirmativo pergunta agora o município porque é que das mesmas até à presente data 11 de Novembro 2020, ou seja passados quarenta dias não obteve o Município qualquer resposta, e caso não tivessem sido respondidas não foi este informado do facto também por escrito, contrariando o citado no Edital 14/2020, que em parte passo a transcrever “para que as respostas sejam dadas na referida Sessão e enviadas por escrito aos respetivos subscritores”. -----

Por último espero que agora as questões expostas e respondidas na Sessão que se vai realizar dia 13 de Novembro 2020 não vão ficar como as anteriores apresentadas na Sessão de 29 de Setembro 2020 ou seja no segredo dos Deuses. -----

Por fim peço desculpa solicitando que as questões expostas sejam transcritas em ata, e ficando a aguardar ansiosamente que a resposta me seja enviada por escrito.” -----

Prosseguindo, o **Presidente da Assembleia**, referiu que em reação a estas questões quer esclarecer o seguinte: -----

Quer publicamente apresentar as suas desculpas ao Senhor José Eduardo Brites por este atraso nas respostas às questões que ele apresentou na sessão da Assembleia realizada no dia 29 de setembro. Deve dizer ao Senhor José Brites que esse atraso se deve em parte à verificação e correção da ata dessa sessão e, em parte, porquê negá-lo, a algum descuido em relação ao período temporal que normalmente ocorre das nossas respostas, como é recomendável. Vai tentar que não se repita esta situação e faz até questão de apresentar as suas desculpas ao senhor José Eduardo Brites e explicar-lhe estas razões quando se encontrarem pessoalmente, mas as respostas estão dadas na ata que está praticamente corrigida. Poderia, e deveria, tê-lo feito logo na altura quando aquela parte da ata foi corrigida, que é sempre a primeira parte da ata, mas não foi feito e aqui pessoalmente apresenta as suas desculpas para ficar também a constar em ata. -----

Mas, quanto à questão de ficar no “segredo dos deuses”, aí a questão já será outra, até porque não há resposta nenhuma que fique nos “segredos dos deuses”, porque nós damos sempre a resposta, nunca nenhuma resposta ficou por dar, pode é às vezes a resposta não ser do agrado, não ser aquilo que estávamos há espera, não ser aquilo que nós gostaríamos que fosse. -----

Quanto a si, pensa que a questão está esclarecida e agora pede ao senhor Presidente da Câmara que responda então às questões que foram apresentadas pelo Senhor José Eduardo Brites. -----

O Presidente da Câmara disse que relativamente às questões colocadas pelo Senhor José Eduardo, um Munícipe com todo o direito, deve dizer o seguinte: -----

Enquanto o Senhor Presidente da Assembleia faz o pedido de desculpas, corrobora com o mesmo, mas enquanto houver preocupações de maior não pode colocar o pouco pessoal que têm a trabalhar, pois desde março metade foi para casa, outra metade ficou em contingências, quinze dias em casa quinze dias na Câmara e são respostas que não requerem realmente nenhum tipo de preocupação, são buracos, passeios, erva e, de facto, temos tido coisas muitíssimo mais importantes para nos preocupar do que esse tipo de situações.-----

Deixa o seu pedido de desculpas ao Senhor José Eduardo por não ter respondido atempadamente, mas temos tido preocupações sérias para trabalhar nesta Câmara, e neste país, no mundo inteiro e, portanto, não pode compactuar com situações de exageros porque se existe alguma falha nas respostas da Câmara Municipal nunca existiu qualquer tipo de falha de resposta quando há necessidade de serem tomadas decisões, de maneira que lamenta que o Senhor José Eduardo interprete dessa maneira. -----

Deixa a mensagem escrita ao Senhor José Eduardo e a todos os “Senhores José Eduardo” deste concelho e deste país, enquanto houver necessidades urgentes Covid, ou outras quaisquer na Câmara Municipal, pessoalmente e profissionalmente enquanto Dirigente da Autarquia ocupar-se-á 99% dessas e 1% com as banalidades, com as cartas que o Senhor José Eduardo nos manda constantemente, que são importantes, mas que há coisas mais importantes para fazer. -----

Sobre a carta do Senhor José Eduardo responderá por escrito, se não se importarem.----

Prosseguindo, **o Presidente da Assembleia, antes de iniciar a ordem de trabalhos, DEU CONHECIMENTO DA SEGUINTE MATÉRIA:** -----

CONHECIMENTO - AQUISIÇÃO DE DOSEADORES DE GEL AUTOMÁTICOS, A ADQUIRIR PELO ORÇAMENTO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL: -----

O Presidente da Assembleia explicou que o teor desta informação está relacionado com o assunto que foi aqui tratado na última Sessão da Assembleia Municipal e diz respeito aos dispensadores de gel automáticos a adquirir pelo Orçamento da Assembleia Municipal, que originou uma alteração ao orçamento, no sentido de reforçar a rubrica orçamental 0101 020115. -----

Assim, em conformidade com aquilo que foi deliberado na última sessão, sobre a matéria, trás para conhecimento desta Assembleia Municipal, a seguinte informação:-----

“21.ª ALTERAÇÃO ÀS GOP E ORÇAMENTO DE 2020 -----

Ex. mos Senhores, -----

Para vosso conhecimento e em cumprimento da deliberação tomada por este órgão municipal na sua sessão de 29/09/2020, informo V. Ex.as que os serviços da Divisão Administrativa e Financeira acautelaram uma alteração às GOP e Orçamento de 2020, no sentido de reforçar a rubrica orçamental 0101 020115 – Prémios, Condecorações e Ofertas, com vista à aquisição de 6 dispensadores de gel desinfetante automáticos para oferta a instituições sociais do concelho, decorrente da situação epidemiológica que vivemos, em resultado da pandemia da doença COVID-19. -----

Verificou-se um reforço de natureza corrente no valor de €14.000,00. -----

Esta alteração orçamental foi aprovada pelo Sr. Presidente da Câmara em 16/10/2020, e foi reportada para conhecimento do órgão executivo na sua reunião de 21/10. -----

Na presente data, os bens em causa foram adquiridos e a respetiva fatura já foi emitida e, conseqüentemente, satisfeita através da Ordem de Pagamento n.º 8217.” -----

A Assembleia tomou conhecimento e em nada objetou. -----

B – PERÍODO DA ORDEM DO DIA-----

B.1 - APRECIACÃO E DELIBERAÇÃO SOBRE A 2.ª ALTERAÇÃO AO MAPA DE PESSOAL DE 2020: -----

Sobre este ponto da ordem de trabalhos, o **Presidente da Assembleia** introduziu a matéria e solicitou ao Senhor Presidente da Câmara que prestasse alguns esclarecimentos adicionais. -----

O **Presidente da Câmara** referiu que, agora sim, temos aqui um caso e convém falar de assuntos sérios de interesse municipal. -----

Referiu que já vamos na 2.ª alteração ao Mapa de Pessoal deste ano que decorre. Tudo isto tem a ver, como os Senhores Deputados devem calcular, com necessidades que vão surgindo, continuamos a ter falta de pessoal para cumprir com as exigências da DGS, continuamos a necessitar nas escolas de pessoas que recebam os miúdos, que fiquem com eles, que os entreguem e para isto têm que ser pessoas diferentes. Não temos, e acha que ninguém tem, capacidade para responder a 100% a estas situações, tendo em conta que as exigências para serem cumpridas ao nível da segurança Covid são muitas. Tentamos aceder a todas, tentamos mas continuamos com algumas lacunas em termos de pessoal e a solução que fomos encontrando há medida que os problemas foram surgindo foi precisamente recorrer àquilo que se chama a figura de reserva de recrutamento. Tínhamos um concurso de admissão de pessoal para as escolas a decorrer que vai terminar dia 23 deste mês, porque os concursos ficam cerca de dezoito meses em reserva, naturalmente que quando iniciamos o concurso nunca pensamos que teríamos que usar tantas vezes a reserva, esta é a segunda vez que usamos a reserva e usamo-la porque temos falta dela, se fosse necessário mais vezes teria sido mais vezes, com certeza, porque crê que a saúde das nossas crianças e a segurança está primeiro. -----

Vão entrar mais duas pessoas, é a última tranche deste concurso, até porque como disse o prazo legal termina dia 23, não há lei nenhuma que impeça de utilizar a reserva de recrutamento as vezes que forem necessárias, é uma questão de bom senso, naturalmente. -----

Quando se avança com um concurso temos que ter os lugares no quadro, no Mapa de Pessoal, e este Mapa não estava preparado inicialmente para esta quantidade de pessoas que tiveram de entrar e tivemos que o preparar há medida que as necessidades foram surgindo. Como já disse, fomos adaptando o nosso Mapa de Pessoal, portanto, aquilo que estamos a fazer aqui hoje é precisamente adaptar esse Mapa de Pessoal a dois lugares que queremos aproveitar ainda desse concurso e que vamos ter necessidade, já tivemos necessidade e estamos a ter para colmatar esta situação. -----

Deixa ainda a informação aos caríssimos membros da Assembleia e aos Vereadores, também presentes, que não obstante este pessoal que entrou continuamos a ter necessidade de utilizar a empresa de trabalho temporário, com a qual estamos a trabalhar, e vamos continuar a usar, porque não conseguimos colocar mais pessoal, porque são compromissos para a vida e esta situação esperamos nós terminará em meados do próximo ano. Portanto até lá temos que nos socorrer de todas as ferramentas que temos para uma gestão equilibrada das finanças da Câmara, mas também colmatar as necessidades que existem nos quadros da Escola, na Creche, no nosso Jardim de Infância, na Escola Secundária com a qual assumimos o compromisso em janeiro, como sabem, e todos estes passos quase que duplicaram as necessidades de colaboradores, portanto daí esta necessidade e daí estar presente mais uma vez uma alteração ao Mapa de Pessoal. -----

Pensa que tenha esclarecido, caso tenham alguma questão estará disponível. -----

Prosseguindo com os trabalhos, o **Presidente da Assembleia** abriu as inscrições para este ponto, tendo-se inscrito o Deputado Jorge Marques. -----

Foi dada a palavra de imediato ao **Deputado Jorge Marques**, que começou por dizer que independentemente da votação da sua bancada ser favorável, quer levantar uma questão. Considera que há algum exagero em recorrer da bolsa de reserva de recrutamento, em seu entender a Câmara deve planear, no início de cada ano, as pessoas a admitir e abrir os

concursos necessários. No entender da sua bancada, a bolsa de recrutamento de facto é para situações urgentes, que é o caso em concreto destas duas pessoas. -----

Acha que ao recorrer constantemente a esta reserva de recrutamento e não abrir concurso, há uma série de pessoas que poderão eventualmente candidatar-se e, assim, não se candidatam porque não se abre concurso e vai-se buscar as pessoas que estão na reserva.

A outra questão, um exemplo muito simples, abre-se um concurso para admitir duas pessoas, concorrem 10 pessoas, dessas a Câmara admite as duas pessoas com maior qualificação e que ficaram melhor classificadas e sobram oito que ficam classificadas até ao décimo lugar. Quer dizer que, no limite, poderemos estar a admitir pessoas sem estarem com qualificação para a função, portanto, é isto que o leva a levantar essa questão, não sabe, o Senhor Presidente logo responderá. -----

No seguimento desta questão, solicitará ao Senhor Presidente da Assembleia Municipal uma listagem de todos os trabalhadores da Câmara com o nome, categoria, função, estrutura orgânica e nível salarial, porque, com estas situações de admissões, saídas, com a questão da escola, nós não sabemos em concreto quantas pessoas existem na Câmara. -----

O **Presidente da Câmara** começou por dizer que já tinha mais ou menos respondido. Concorde com tudo o que o deputado disse, menos com uma coisa que é “um exagero utilizar uma reserva de recrutamento 3 ou 4 vezes”. -----

Devia ter sido planeado, devia, mas nós não sabíamos, quando planeamos o ano passado em dezembro as necessidades que íamos ter face a esta situação, devia ter sido planeado também concordo, mas não sabíamos ninguém sabia, o mundo não sabia. Que não sirva de desculpa, mas é a razão pela qual o estamos a fazer, não é uma desculpa mas é essa a razão.

Há uma coisa que não concorda com o Senhor Deputado, as pessoas que estão no número 10, número 8, número 20, todas elas estão qualificadas para o cargo, tiveram foi antes delas alguém que tinha mais qualificação, as que não estavam qualificadas foram eliminadas pelo júri no momento da seleção, ou por falta de aptidão ou por falta de perfil para o cargo ou por educação formal insuficiente, enfim por as razões “N” e variadas. Portanto, as pessoas que lá estão naquela lista, todas aquelas pessoas têm qualificação para a função, existiram foi outras antes que por detalhes diversos, por razões diversas, tiveram uma melhor qualificação, atenção que falamos às vezes de décimas, às vezes não estamos a falar de grandes diferenciais, mas é verdade essa parte é que não corresponde a esse fator. -----

Outro fator que falou de existirem pessoas na sociedade que poderiam ter-se candidatado para um concurso público, também é verdade, mas aquelas que lá estavam para nós é mais fácil porque o concurso estava feito, portanto não leva tempo, é isto, o tempo que levou foram quinze dias ou trinta dias para ativar o mapa de pessoal, reunião de Câmara, Mapa de Pessoal e reunião de Câmara a seguir para admissão, portanto não passamos por um processo de 3 ou 4 meses, seleção de pessoas, testes etc., etc. Nesta situação, com a necessidade que tivemos e que temos, foi a opção mais correta de tomar. Naturalmente o senhor deputado tomaria se tivesse no seu lugar, porque está ali feito, está ali pronto, é só deliberar sobre o assunto. No entanto, as pessoas da sociedade tiveram a oportunidade, todas tiveram oportunidade de concorrer a este concurso que aconteceu o ano passado, portanto já tiveram essa oportunidade e outros concursos naturalmente surgirão no futuro, não poderíamos agora estar a compactuar com um procedimento novo que abre e leva 3 ou 5 meses, dependendo do número de candidatos. Pensa que respondeu, concorda com tudo, repete, concorda com tudo, mas essa parte não pode deixar de a mencionar. -----

Os documentos anexos à presente rubrica fazem parte integrante do livro anexo às atas e dão-se aqui como totalmente reproduzidos. -----

Não havendo mais pedidos de intervenção, o Presidente da Assembleia colocou à votação a **2.ª ALTERAÇÃO AO MAPA DE PESSOAL do Município de Almodôvar para vigorar no ano de 2020**, tendo a Assembleia Municipal, nos termos da alínea o), do n.º 1 do artigo 25.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua atual redação e do n.º 5 do artigo 29.º da Lei n.º

35/2014, de 20 de junho, conjugado com o Decreto-Lei n.º 209/2009, de 3 de setembro, na sua atual redação e Lei n.º 112/2017, de 29 de dezembro, **por unanimidade**, com 20 votos a favor (PS, PSD) **deliberado**:-----

1º- Aprovar a 2ª Alteração ao Mapa de Pessoal do ano de 2020, de harmonia com os mapas anexos, cujos originais se encontram arquivados na pasta anexa ao livro de atas e que aqui se dão como totalmente reproduzido; -----

2º- Aprovar a criação de dois (2) postos de trabalho, na carreira/categoria de assistente operacional, na área da educação, refletindo-se esta alteração no Mapa de Pessoal do Município de Almodôvar a vigorar no ano de 2020, conforme documentos apresentados.

B.2 - APRECIÇÃO E DELIBERAÇÃO SOBRE A PROPOSTA DO SENHOR PRESIDENTE, COM VISTA AO RECONHECIMENTO DE INTERESSE PÚBLICO MUNICIPAL À IPSS - SANTA CASA DA MISERICÓRDIA DE ALMODÔVAR: -----

O **Presidente da Assembleia** introduziu o tema e referiu que relativamente a este pedido de reconhecimento público gostaria aqui de dizer o seguinte: -----

“Para qualquer Assembleia Municipal, na minha opinião, é sempre um motivo de orgulho e de enorme satisfação propor ao Plenário uma apreciação e deliberação relativa a um pedido de Reconhecimento de Interesse Público Municipal, pois quando tal acontece o facto tem sempre atrás de si uma sustentação de um Projeto que é de efetivo interesse para o município e a população em geral onde o pedido é feito. ----

Já aqui nesta Assembleia tivemos o privilégio de deliberar sobre pedidos desta natureza, com os benefícios que, mais nuns casos do que noutros, estão à vista no nosso concelho. Mas este é um pedido de Reconhecimento de Interesse Público Municipal muito especial, dada a natureza da Instituição que o solicita, bem como os fins e a relevância a que se destina. -----

Tanto a nível de proteção social que permitirá uma ocupação de 60 residentes na Estrutura Residencial e 20 utentes no Centro de Dia/ Serviço de Apoio Domiciliário, bem como a criação de postos de trabalho, tal como consta no documento que sustenta este pedido, são argumentos mais que suficientes para que nós, deputados municipais, votemos a favor deste pedido, na sequência da abertura que este processo teve ao nível da reunião da Câmara Municipal, pois desta forma estaremos também a contribuir com a nossa quota-parte para a melhoria da qualidade de vida dos seniores e cidadãos mais vulneráveis do nosso concelho e para o desenvolvimento económico do concelho de Almodôvar, tal como é referido no documento que acompanha este Pedido e que os senhores deputados tiveram conhecimento. -----

Para além de tudo isto, o simples facto de podermos desde já estar a imaginar a melhoria da imagem estética e urbanística que a Entrada Norte de Almodôvar irá sofrer, será igualmente um motivo de orgulho e satisfação de todos nós, Assembleia Municipal e Câmara Municipal, no seu conjunto, de estarmos a contribuir para essa mudança, que fazemos votos para que seja breve, e permitam-me a ousadia de falar em nome de todos nós.-----

Da Assembleia Municipal de Almodôvar a Santa Casa da Misericórdia de Almodôvar poderá contar com o nosso apoio, a nossa colaboração e os nossos préstimos, para aquilo que julgarem por mais necessário da nossa parte. -----

Desejamos-vos a melhor sorte na execução e concretização do vosso Projeto Estrutura Residencial para Idosos, Centro de Dia e Serviços de Apoio Domiciliário.” -----

Dará agora a palavra ao Senhor Presidente, caso queira acrescentar mais algumas informações, antes de passar a palavra aos Senhores Deputados. -----

O **Presidente da Câmara** explicou que tem mesmo que clarificar uma pequena situação.

O Senhor Presidente da Assembleia falou, muito bem, é uma Instituição como existem outras também no concelho do maior interesse para todos nós pelo papel que desempenha da solidariedade, de apoio tanto aos idosos como na sua componente de apoio social diverso e também na sua componente de préstimo de serviço em termos de Creche, mas o que estamos aqui a tentar aprovar hoje, se os senhores deputados assim o quiserem entender, não é o interesse municipal do projeto em si. -----

Aquilo que o Senhor Presidente da Assembleia mencionou e, muito bem, esse é um dos projetos que fazem parte desta intenção, mas nós estamos a tentar aprovar a IPSS em si para Interesse Municipal, para este e outros projetos. Aquilo que o Presidente disse deu a

sensação que estávamo-nos só a focar neste projeto, deixem-me só muito rapidamente explicar o porquê da confusão. -----

Nós, desde 2014, que tentamos que a Santa Casa dê uma resolução àquele “Centro de Saúde Antigo”, não é novidade para ninguém, já tem vindo aqui à Assembleia, até nos próprios relatórios de trabalho do Presidente tem constado reuniões. Já foi aqui abordado e questionado, talvez em 2015 e 2016, referiu quais os motivos e quais as conversas que teve com os três Ministros com que se reuniu em diversas vezes, pensa que foi o Senhor Deputado José Guerreiro que lhe colocou essa questão uma vez, se não está em falha, até lhe disse que não podia contar os detalhes todos, mas que estava no bom caminho.-----

O bom caminho tem levado uma eternidade, mas começamos no bom caminho em 2014 a tentar resolver e depois de algumas reuniões e soluções na mesa etc., chegou-se à conclusão que um dos Ministérios informou que estaria disponível para apoiar um projeto em termos de Fundos Comunitários, caso a Santa Casa retirasse do tribunal a queixa que tinha contra a má utilização do espaço. Chegaram a acordo, passou-lhe ao lado, não fez parte nem mediou em nada nesse processo, simplesmente o iniciou e colocou as pessoas em contacto. Sabe que houve algumas falhas no meio do processo, sabe que não se entenderam muito bem, mas sabe que no último ano as coisas tomaram um novo rumo com o novo quadro comunitário e a Santa Casa optou por vir à Câmara Municipal falar connosco, dizer que estavam disponíveis para retirar a queixa se a Câmara apoiasse com a participação nacional, portanto com o apoio dos 15 ou 20% que faltassem numa candidatura. -----

Nós abrimos as portas, dissemos que sim, que estaríamos disponíveis, desde que resolvessem aquele assunto, desde que criassem melhores condições para os Seniores. De facto onde os seniores estão as condições não são as melhores e assim começou o processo. Preparar um projeto que ainda não está entregue na Câmara a versão final de execução do projeto, só temos o projeto de arquitetura, mas para já basta, para avançarem para uma candidatura junto das entidades. Já temos os pareceres de todas as entidades, tem estado a acompanhar o processo, sem estar ativo no mesmo, porque é um assunto que não é nosso, mas estamos presentes e da parte da CCDR, no apoio que têm agora disponível, existe uma mais-valia se a instituição ou o projeto for de Interesse Municipal, abre outras portas, tem mais celeridades, ultrapassa algumas barreiras. Desta maneira apresenta esta proposta, porque vamos precisar de autorizar e vai vir aqui também à próxima Assembleia Municipal, porque o processo está praticamente terminado, vamos precisar de autorizar a alteração das características ou da classificação de um terreno que faz parte da Santa Casa, que é aquele canto rochoso que está antes de tocar no Centro de Saúde Novo. Esse canto está classificado como área verde de proteção e a Santa Casa não consegue implementar lá nada, com uma área verde de proteção. Não sabe porque está, mas está, está assim desde os anos 80 ou anos 90 quando fizeram as classificações e nós com este projeto de Interesse Público conseguimos de uma forma mais célere desvincular aquilo da zona verde para eles poderem depois implementar o projeto. Para a Câmara aquele rochedo não faz falta nenhuma, aliás só está ali a fazer mal e nesta situação é um dos motivos pelos quais nós estamos a tentar aprovar esta classificação. -----

Fizemos aqui muitas vezes, como o Senhor Presidente disse, com outros objetivos, o primeiro que nós fizemos recorda que foi a um projeto do Grupo Lança, um projeto que depois acabou por não se concretizar. Com isso aprendemos, talvez a partir daí, que é muito mais importante aprovar a Entidade do que o projeto em si. Depois, se o projeto não coincidir quando chega aos fundos comunitários, basta uma alteração nas telas finais e as coisas já funcionam. Portanto desde então já aprovamos uns quantos, a Herdade das Toucinhos, Camacha, etc., e todos eles têm sido à instituição em si, é mais um caso igual, esperemos que desta vez consigamos dar também uma ajuda, um pontapé, para que implementem os projetos, este e outro futuro, a ver se a Santa Casa toma uma nova dinâmica no concelho de Almodôvar, porque condições para isso tem, basta haver boa vontade e a política ajude, nós

estamos cá também disponíveis, como disse o Senhor Presidente, para os ajudar a concretizar os sonhos de todos nós que é ter melhores condições. -----

Seguidamente, o **Presidente da Assembleia** abriu as inscrições para intervenções sobre este ponto da ordem de trabalhos, tendo-se inscrito os Deputados José Guerreiro, Domingos Guerreiro e Luís Martins. -----

Seguidamente, o Presidente da Assembleia deu a palavra ao **deputado José Guerreiro**, que referiu o seguinte: não obstante as informações do Senhor Presidente muito esclarecedoras e para complemento, se for possível, o Senhor Presidente ou até o senhor Domingos Romba que faz parte dos órgãos da Casa da Misericórdia, sabem já quando é que vai haver esse projeto, o que vão fazer, enfim se há mais alguma informação para além da que o Senhor Presidente já disse, alguma coisa mais, aliás já estamos aqui todos curiosos por saber se realmente isto agora vai mudar, porque é mesmo necessário e já não é sem tempo.

No uso da palavra, o **deputado Domingos Guerreiro** disse que foi esta semana tudo resolvido com o Estado, está tudo resolvido para que esteja tudo em condições de avançar com aquele projeto que considera fundamental para Almodôvar, que pode ser precioso para si ou para qualquer um de nós, todos os que estamos aqui. -----

É um projeto que vale a pena avançar, está resolvido o problema, não era aquilo que realmente previam, a Santa Casa tinha um problema com o Governo, pois deviam de ter tido mais atenção com o que ali estava, quando lá estavam nunca fizeram absolutamente nada.

Naquilo que sabe, foi tudo resolvido esta semana, agora é avançar entre a Câmara e entre quem está a fazer o projeto. -----

O projeto já está feito e é só para avançar, pensa que está tudo, tudo para que aquilo vá para a frente, espera que sim, porque esta é uma das obras que faz falta nesta terra, e a Entrada Norte de Almodôvar também precisa deste arranjo e pensa que independentemente de qualquer política o que interessa é que agora nós somos novos, no seu caso já não é, mas amanhã podemos ser mais velhotes e podemos precisar daquilo. -----

Referiu ainda que é mais uma informação para terem conhecimento e realmente orgulha-se daquela casa pelo seguinte: a semana passada foi toda aquela gente fazer testes a Ourique e todos os testes deram negativos, estamos mais ou menos bem por enquanto, não quer dizer que amanhã não dê positivo. -----

Prosseguindo, interveio o **deputado Luís Martins**, que disse que trás uma questão que não conseguiu perceber através da informação que lhe foi feita chegar, não é que isto invalide ou altere o seu sentido de voto ou a sua intenção sobre a forma como irá votar, é apenas uma questão de esclarecimento, de tentar perceber se for possível, e se o Presidente da Câmara tiver essa informação. -----

Se o projeto “Estrutura Residencial para Idosos Centro de Dia e Serviços de Apoio Domiciliário” visa substituir o atual equipamento que a Santa Casa da Misericórdia tem no concelho de Almodôvar, que todos provavelmente nesta sala sabem, que já tem muitos anos e que não terá as melhores condições ao nível das infraestruturas, não obstante o excelente trabalho que sabe que lá é realizado, era tentar perceber se este novo equipamento visa substituir o equipamento atual ou se pelo contrário é um aumento da oferta destes serviços no nosso concelho e, que posteriormente, poderemos ter um novo projeto para requalificar o existente. -----

À parte disso e, porque a resposta não irá influenciar o seu sentido de voto, quer só saudar a decisão da Santa Casa da Misericórdia, todas as entidades envolvidas, nomeadamente, a Câmara Municipal, todos os parceiros governativos, outras Entidades Públicas e Privadas do concelho, para que este projeto, ao que parece, finalmente tenha pernas para andar, vá aumentar ou resolver ou melhorar a resposta social prestada por esta instituição e que também, em simultâneo, e acabando em bom alentejano e perdoem-lhe a expressão “matando dois coelhos com uma cajadada”, também se resolva um problema de saúde

pública que temos numa zona nobre da vila e que ao ser requalificada certamente será benéfico para todos nós. -----

Termina com uma pequena dúvida, perceber se realmente a deliberação que vamos ter é efetivamente sobre a concessão do Reconhecimento do Interesse Público Municipal ao Projeto ou à Instituição porque, efetivamente, na informação emanada pelos serviços do município a proposta que aqui diz é submeter à aprovação e deliberação da Assembleia Municipal na sua próxima sessão sobre a forma de proposta a aprovação do Reconhecimento de Interesse Público Municipal relativamente ao projeto “Estrutura Residencial para Idosos, Centro de Dia e Serviço de Apoio Domiciliário”, nos termos do artigo 25º, n.º2 alínea k) do anexo I à Lei n.º75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atual, mas efetivamente na convocatória a informação diz que é para deliberar sobre a Proposta do Senhor Presidente com vista ao Interesse Público Municipal à IPSS, só para que nós tenhamos a certeza absoluta do que aprovamos. -----

O **Presidente da Câmara** disse que conhece o projeto, não conhece os detalhes todos do projeto, ficamos todos empolgados quando o projeto chegou e, pode garantir, porque andamos atrás de uma solução há muito tempo, aliás a Câmara fez uma proposta de compra do espaço inclusivamente em 2015 ou 2016. Reuniu-se com o Provedor e com o então o Presidente da Mesa, que infelizmente já não está entre nós, para a Câmara Municipal poder fazer uma proposta para comprar, portanto, quando o projeto cá chegou ficou satisfeítíssimo, aliás já sabia porque o Ministro com quem o assunto estava a ser tratado também achou que era um problema resolvido e tanto que esta semana já retiraram a queixa do tribunal, o que já ajudou também às boas relações entre a CCDD e as infraestruturas etc.,.

De qualquer das maneiras, sabe que fica com capacidade para 60 utentes, portanto aumenta ligeiramente a capacidade que tem agora e mais vinte a trinta utentes em regime de apoio domiciliário, certamente em breve teremos o projeto para o poder mostrar, não tem cópia e não tem qualquer indicação que se possa tornar público ou não. Não sabe se a Santa Casa já o fez, desconhece. -----

Sobre a questão que o deputado Luís Martins coloca também é pertinente, um dos assuntos que foi abordado aqui há duas semanas na última reunião que tivemos foi e, tem sido abordado ao longo do tempo, vamos ajudar-vos financeiramente e quando está a falar vamos ajudar-vos, quer dizer que temos vontade de ajudar. Há uma decisão de Câmara que tem de ser tomada, naturalmente, vamos ajudar-vos talvez com cerca de trezentos mil euros, porque se falamos num projeto de um milhão de euros e a Santa Casa não tem esse dinheiro e nós estamos disponíveis por várias razões para criar melhores condições para aquelas pessoas que estão ali, que infelizmente não têm condições para estar ali. E todos nós conhecemos o espaço, todos nós já estudámos ali e sabemos como é que está e de facto estar numa situação que tem que ter uma solução, ali não tem reparação porque para reparar têm de tirar as pessoas e não têm onde as colocar. E também a questão da saúde pública como o Senhor Deputado mencionou, e muito bem, é vergonhoso para nós, a entrada de Almodôvar, aquele estado que ali está, aquela obra a cair, a denegrir a imagem de uma vila limpa, bem trabalhada. Há muitos anos que a vila está limpa, está com arranjos urbanísticos que lhe dão qualidade, que lhe dão uma certa pomposidade em termos de vila alentejana e aquilo que está ali destoa em relação a tudo isto. Portanto essas duas razões, com a razão do Interesse Público nosso em ter soluções para a população sénior, porque todos lá chegamos, porque todos contribuímos para que tenhamos boas condições no final da nossa vida. -----

São três razões importantes, mas não podíamos descurar a outra, ou seja, eles vão mudar dali para as instalações novas quando estiverem em condições e a minha proposta foi muito simples, o que é que fazemos com aquelas instalações. Então a Câmara terá que ou adquirir ou ajudá-los a criar um projeto, também dentro da mesma área, que possa servir a população ou acrescentar essa mais-valia, ou criar um serviço que o concelho não tenha, relacionado coma área social e há tantas coisas novas que vão surgindo. Uma das situações que foi aqui focada e falada foi a venda a um preço naturalmente mais cómodo, tendo em conta que a

Câmara também investe, daquele espaço para a Câmara depois dar um novo uso, mas abandonar, arranjar um mono e criar outro mono não, não podemos fazer isso, ainda por cima no meio da vila. Quando o projeto das Eiras estiver completo fica uma zona nobre, com Santa Rufina também mais tarde, portanto é uma zona nobre da vila de Almodôvar que não pode ser descuidada com condições, com infraestruturas, etc., e o espaço em si é um espaço bastante razoável, é um espaço com acessibilidades, é um espaço com condições internas que daria para fazer “N” coisas, desde um espaço igual até um pequeno hotel para jovens, até um Centro Cultural de qualquer nível pra educação, até um polo universitário de qualquer tipo, uma formação do Instituto de Emprego, enfim dava para fazer “N” situações para além da área do apoio social. Portanto, senhor deputado Luís Martins a resposta é não e sim, não complementa aquele, segundo as informações que tem e aquele não vai ficar abandonado muito tempo, porque vai ser ou comprado pela Câmara Municipal ou a Santa Casa terá um projeto onde nós queremos cá estar de novo para fazer esse projeto, para apoiar, para colaborar. Não deixaremos que isso aconteça, pelo menos com a morosidade que esta situação aconteceu, não se aceita uma situação destas nos dias de hoje, estamos a falar de um espaço abandonado que já em 2009 estava com más condições, portanto um espaço que está abandonado há onze anos, a caminho de doze.-----

Questionado se poderá eventualmente servir de contrapartidas com a colaboração da Câmara com o projeto para obter o antigo espaço, o Senhor Presidente respondeu que não. Uma das coisas que disse à Santa Casa foi que tal como apoiam outras instituições, CERCICOA e outras Instituições e apoiam a cultura e o desporto e tudo aquilo que faz mexer o nosso concelho, deixou bem claro que a sua intenção não era propor à Câmara Municipal que o apoio fosse uma permuta. -----

Estamos a falar do apoio de trezentos mil euros, estamos a falar de um projeto de dois milhões em que a comparticipação poderá ir até aos 85%, 90%, estamos a falar muito próximo de trezentos mil euros. Aquilo que deixou claro é que a sua intenção, se os senhores vereadores corroborarem, não é permutar. Se nos derem aquilo não é em troca do nosso apoio, o que queremos fazer no edifício antigo é outro negócio. Temos naturalmente a intenção de negociar a compra com um preço módico, tendo em conta o relacionamento existente até agora e no momento do apoio, mas o apoio que queremos dar à Santa Casa nada tem a ver com um objeto de troca, está a ser bem claro, não quer que fique confusão, porque deu a sua palavra no momento e a sua palavra mantém-se, apoiamos a Santa Casa como apoiamos outras instituições, algumas delas até nem sequer sabemos muito bem o objeto social delas, fazem, vão fazendo e isso faz falta, esta sabemos, mas a compra do imóvel é o negócio B, não tem nada a ver com isto, esperamos naturalmente o bom senso da parte da Santa Casa em apresentar uma proposta de venda que seja condicente com a relação que existe de apoio, não esperamos que vá para o mercado com valores exagerados, quando nós estamos de portas abertas para apoiar em projetos. Que fique bem claro que não há aqui, pronto não se sabe o dia de amanhã, mas aquilo que se comprometeu foi isto. -----

Novamente no uso da palavra, o **deputado Domingos Guerreiro** disse que sobre o antigo edifício, pensa que irá passar sem qualquer contrapartida para o município de Almodôvar, esteja cá quem estiver, depois o município de Almodôvar fará aquilo que entender daquele espaço, que já serviu também de Escola Preparatória como muitos sabem. Portanto aquele espaço ficará disponível para que o Município de Almodôvar faça aquilo que entender dele.-----

Estando o plenário elucidado e não havendo mais pedidos de intervenção, o Presidente da Assembleia colocou à votação a Proposta do Senhor Presidente, com vista ao Reconhecimento de Interesse Público Municipal à IPSS - Santa Casa da Misericórdia de Almodôvar, tendo a Assembleia, **por unanimidade**, com 20 votos a favor (PS/PSD) **deliberado:** -----

Aprovar o Reconhecimento do Interesse Público Municipal à IPSS - Santa Casa da Misericórdia de Almodôvar. -----

B.3 - APRECIACÃO E DELIBERAÇÃO SOBRE A DESAFETAÇÃO DE UMA ÁREA DE 52,30 M² LOCALIZADA A NORTE DO LOTE 20, SITO NO LOTEAMENTO DA COVA DA BURRA, DO DOMÍNIO PÚBLICO MUNICIPAL PARA DOMÍNIO PRIVADO MUNICIPAL.-----

O **Presidente da Assembleia**, no âmbito deste ponto, solicitou ao Presidente da Câmara que fizesse uma pequena introdução da matéria. -----

Usando da palavra, o **Presidente da Câmara** disse que tem que prestar alguns esclarecimentos, porque em reunião de Câmara abordaram o assunto e foi explicado, mas aqui na Assembleia é a primeira vez que é discutido desta maneira. -----

O que estamos a fazer, no fundo, é ceder terreno do município para encontrar uma solução que resolva um problema que o Município corroborou ou criou no fim dos anos 80. Isto porquê? Porque houve eventualmente um lapso de implantação, houve eventualmente um lapso de medição, houve eventualmente uma falha qualquer. A Somincor tinha X lotes e dos três lotes que estamos aqui a falar, eles tinham uma área e essa área era 404m num, 238m noutra e 247m noutra. -----

Tendo em conta que os lotes estavam abandonados, há dois anos atrás a Câmara fez uma carta para a Somincor a dizer que, ou entregavam ou vendiam à Câmara, ou punham em hasta pública, ou então começavam a apagar os custos de limpeza dos lotes. A Câmara limpa os lotes todos os anos, a Câmara limpa terrenos quando não sabe de quem são, por causa da proteção de incêndios e aqueles sabiam de quem eram. -----

Nessa altura aperceberam-se que tinham lotes para venda na Cova da Burra e então colocaram-nos à venda, os três lotes, com os dados que tinham. Veio-se depois a descobrir que a Câmara implantou uma estrada, e desculpem a expressão, “comemos parte desses três lotes”, portanto a estrada que foi implantada foi tirar, na altura quando fizeram o loteamento, foi tirar área aos lotes e não foi registado, não houve uma atualização dos lotes em si, os lotes continuavam com a área como se não tivesse lá passado a tal estrada. -----

O que é que veio a acontecer, quem comprou os lotes reclamou, o executivo não sabia do problema, detetámos o problema e não há maneira de corrigir o problema a não ser ceder parte da área municipal, portanto da área de apoio ao loteamento, para permitir que estes lotes tenham o tamanho mínimo de construção. Mesmo assim vão ficar prejudicados, mas isso é assunto deles com a Somincor. -----

O que conseguimos fazer foi de um lote em vez de 404m fica com 351m, está a falar em números redondos, o lote de 238m fica com 214m e o lote 247m fica com 232 m², portanto há aqui uma redução de todos eles, nós cedemos parte, cedemos cerca de 52m² e resolvemos o problema.-----

Há três projetos que já deram entrada, pelo menos a informação prévia, na Câmara Municipal e são mais três vivendas que se constroem na Cova da Burra e deixa de estar aquele terrado sem nada, que serve, desculpem a expressão, de WC para os animais, portanto resolve-se o problema, temos é que ceder este terreno às pessoas. -----

Propõe essa cedência a título gratuito porque não vamos vender meia dúzia de metros para resolver um problema que a própria Câmara, não diz que tenha criado na sua totalidade, mas, em tempos atrás criou, ou deixou passar, não registou, não atualizou e este problema manteve-se e é menos um problema que temos.-----

Continuando com este ponto da ordem de trabalhos, o **Presidente da Assembleia** abriu as inscrições para intervenções, tendo-se inscrito o deputado José Guerreiro. -----

No uso da palavra, o **deputado José Guerreiro** referiu que todos conhecemos o terreno e, efetivamente, percebe-se que a estrada devia estar mais ao lado do muro e há lá umas caixas de esgoto que até estão mais altas. Quer saber se vai haver alguma intervenção nesse terreno, que afinal é da Câmara? Entre a rua e o muro, aquele muro de pedra o que é que se

vai lá fazer? E já agora, no outro lote a seguir, já do lado da Rua da Senhora Vereadora, aquele lote que está lá em frente que era para equipamento, o que é aquilo agora? Há alguma ideia?

Em resposta, o **Presidente da Câmara** disse que existe um projeto a ser desenvolvido inclusivamente por técnicos locais, um projeto a ser desenvolvido para requalificação de parte dessa área, onde inclui, salvo o erro, uma zona verde e estacionamento nesse lote de serviços, inclui precisamente o arranjo urbanístico dessa zona, com essas caixas e um passeio, portanto inclui uma série de pequenas alterações à zona que inclui essa parte. ----

Não mencionou há bocado mas o projeto está praticamente para aprovação ou quase para aprovação. -----

Esqueceu-se de mencionar, também, que tudo isto passou os trâmites normais com editais, aliás isto teve publicado no edital 178, portanto isto correu os trâmites legais como deve calcular mas é uma situação embaraçosa para nós e quanto mais depressa a resolvermos melhor. -----

Antecipando-se à apreciação e votação da matéria em epígrafe, o **deputado** Alexandre Figueiredo DECLAROU-SE IMPEDIDO e referiu o seguinte: -----

Muito rapidamente, só para dizer que no âmbito da minha atividade profissional tive intervenção na venda destes lotes e depois também nalgumas questões que se colocaram que o Senhor Presidente também já teve oportunidade de abordar e como tal, já tenho tido esta intervenção noutro contexto, vou optar por não votar este ponto, muito obrigado. -----

QUÓRUM - O Deputado Alexandre Figueiredo saiu da sala. -----

Não havendo mais pedidos de intervenção, o Presidente da Assembleia colocou à votação da Proposta para Desafetação de uma área de 52,30 m² localizada a Norte do Lote 20, sito no Loteamento da Cova da Burra, do Domínio Público Municipal para o Domínio Privado Municipal, tendo a Assembleia Municipal, por **unanimidade dos presentes**, com 19 votos a favor (PS/PSD) **deliberado**: -----

Aprovar a Desafetação do Domínio Público Municipal, da parcela de terreno com a área de 52,30 m², localizada a norte do Lote 20, sito no Loteamento da Cova da Burra na Vila de Almodôvar. -----

QUÓRUM - O Deputado Alexandre Figueiredo retomou o seu lugar na sala. -----

B.3- APROVAÇÃO DA ATA EM MINUTA. -----

O **Presidente da Assembleia** colocou à votação a minuta da ata da sessão, a qual contém as deliberações tomadas nas rubricas da Ordem do Dia, tendo a mesma sido **aprovada, por unanimidade**, com 20 votos a favor (PS,PSD). -----

EM TEMPO: -----

O **Presidente da Câmara** solicitou autorização para prestar o seguinte informação:-----

Gostaria de aproveitar este pequeno interregno para informar, como é do conhecimento geral, sobre o nosso Covid. Continuamos com todas medidas possíveis e imaginárias, o concelho de Almodôvar continua felizmente a passar pelas gotas da chuva e deixa publicamente o agradecimento a todos vocês, todos vocês os presentes nesta sala e os nossos municípios que têm dado o seu contributo. Naturalmente as ações da Câmara Municipal podem ajudar, mas são as ações de cada um de nós que faz o trabalho. -----

De facto o Município aconselha a usar máscara ou desinfetar as mãos, o que certamente ajuda, mas a ação em si é crucial e isso é o que cada um de nós faz lá fora. Temos 18 casos no total registados no concelho, 2 ativos e 2 mortes a lamentar. Amanhã temos mais um funeral Covid, mas não residia no concelho, não é registado cá, vem do Algarve. -----

A informação oficial que tem é esta, não tem outra, há comentários de rua que há mais casos, todos nós os ouvimos, nós na Câmara não anunciamos nem nos prenunciamos com a

boatologia, prenunciamo-nos com os dados oficiais da DGS e esses é os que tem atualizados hoje, às 12:45 horas e reportam ao dia de ontem, é sempre ao dia anterior.-----

Quer também dizer a todos que tem pactuado ao longo deste tempo, ele e os vereadores, por não permitir aglomerados seja na Câmara seja fora dela, sempre que se apercebem intercedem e continuarão a fazer o mesmo, sejam esses aglomerado de teor privado, profissional ou político, enquanto estivermos nesta situação sempre que exista do nosso conhecimento ou pedidos a nós, nesse sentido, cumprirão rigorosamente aquilo que a lei diz, o resto é com a Direção Geral de Saúde, que nós só podemos fazer o que podemos, é a Direção Geral de Saúde que manda nestas coisas. Portanto fiquem tranquilos em relação às vezes a novos boatos, que aparecem festas aqui e ali, almoços aqui e acolá, quando temos conhecimento oficial e temos que nos pronunciar a primeira coisa que fazemos é questionar a DGS local. -----

Questionado se os dispensadores de gel já foram todos distribuídos, respondeu que há sítios onde temos que puxar fios de eletricidade, estão a ser instaladas e na próxima semana fica o trabalho completo. Portanto há sítios onde a máquina era para ficar à entrada e não tem tomada elétrica, a máquina funciona a eletricidade, estão distribuídas máquinas em todas as escolas primárias do concelho, na escola secundária e em todas as IPSS, as máquinas se não estão lá todas é porque não houve ainda tempo de transportar uma ou outra, mas acha que já estão todas nos locais. Não estão é todas a funcionar ainda, para a semana que vem, certamente, depois das ligações ficarem feitas estarão a funcionar. -----

Às vezes as coisas não funcionam bem, nós contactamos as IPSS, contactamos os serviços e nem todos disponibilizaram logo o espaço. Os eletricitas andam agora a tratar do assunto para ficam todas ligadas e evitar fios nos corredores e extensões, traz-se os cabos até aos sítios das máquinas, também não é por mais um dia ou menos um dia, mas é o nosso contributo, pelo menos para prevenção. -----

O Deputado José Guerreiro também solicitou ao Presidente da Assembleia autorização para referir o seguinte: -----

Senhor Presidente estava para lhe perguntar “ainda sem a presença do público” e porque continuamos sem transmitir isto lá para fora? Porquê que não se dá a oportunidade ao público de acompanhar, faz-lhe confusão, ainda mais neste tempo. Obrigado pelas atas mas faz-lhe confusão porque não é transmitido também. -----

FECHO: Finda a ordem de trabalhos, e nada mais havendo a tratar, nos termos do Regimento e da alínea c), do n.º 1, do art.º 30º, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua atual redação, o Presidente da Assembleia Municipal **deu a sessão por encerrada**, eram **vinte e duas horas e trinta minutos**, do dia **13 de novembro de 2020**. -----

Para constar e para os fins consignados no n.º 1, do artigo 57.º, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua atual redação, se lavrou a presente ata da sessão. -----

Os anexos à ata dão-se aqui como reproduzidos e ficam apensos ao presente livro de atas.-----

E eu, **Filipa Isabel Ribeiro de Sousa**, em substituição do 1º secretário da mesa da Assembleia Municipal, a redigi e subscrevo. -----